

Varejistas - Joinville

Rua 7 de Setembro, 74 Centro Joinville.SC Cep. 89201.200

Fone.Fax: (47) 3205.9333 e-mail: [secj@secj.org.br](mailto:secj@secj.org.br)

### **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2012/2013**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** SC001657/2012

**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 17/07/2012

**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR039739/2012

**NÚMERO DO PROCESSO:** 46220.003680/2012-71

**DATA DO PROTOCOLO:** 17/07/2012

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE JOINVILLE, CNPJ n. 84.714.237/0001-24, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). WALDEMAR SCHULZ JUNIOR;

E

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE JOINVILLE E REGIAO, CNPJ n. 83.538.306/0001-23, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). OSNILDO DE SOUZA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de maio de 2012 a 30 de abril de 2013 e a data-base da categoria em 1º de maio.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **profissional e econômica do comércio varejista**, com abrangência territorial em **Joinville/SC**.

## **Salários, Reajustes e Pagamento**

### **Piso Salarial**

## **CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO**

Fica estabelecido o Salário Normativo para a categoria profissional na seguinte base:

**A-** Os empregados admitidos a partir de **01.05.2012** farão jus a um SALÁRIO NORMATIVO de **R\$ 940,00 (novecentos e quarenta reais)** por mês;

**B** - Os empregados admitidos a partir de **01.05.2012**, que ainda não tenham trabalhado em empresa do mesmo ramo comercial da empregadora, receberão pelo período de 90 (noventa dias) o piso salarial de **R\$ 830,00 (oitocentos e trinta reais)** por mês.

**C** Os empregados que exercem a função de, **Office boy, empacotador**, receberão o piso salarial mensal de **R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais)** a partir de **01.05.2012**;

**D** - Os empregados que exercem a função de **Serviços de Limpeza** receberão o Piso salarial mensal de **R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais)** a partir de **01.05.2012**.

## **CLÁUSULA QUARTA - GARANTIA AO EMPREGADO COMISSIONISTA E COBRADOR**

Fica garantido ao empregado comissionista e cobrador, uma remuneração mínima mensal, ao salário fixo, quando houver, mais comissões, de no mínimo o Salário Normativo estabelecido na Cláusula terceira, letra "a".

## **Reajustes/Correções Salariais**

## **CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE SALARIAL**

Os salários dos empregados vinculados às empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho serão corrigidos e reajustados a partir de **01.05.2012** com aplicação do percentual de **7% (sete por cento)**, a incidir sobre os salários vigentes em **30.04.2012**.

**Parágrafo Primeiro** Os salários dos empregados admitidos a partir de maio/2011 serão reajustados proporcionalmente a partir do mês da admissão, tomando-se por base o percentual e critérios fixados acima.

**Parágrafo Segundo** As diferenças salariais decorrentes da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho, relativamente ao meses de maio e junho de 2012, poderão ser pagas juntamente com o salário do mês de julho de 2012 sem ônus para o empregador.

**Parágrafo Terceiro** Os empregados que tiveram seus contratos de trabalho rescindidos, por qualquer motivo, a partir de 01.05.2012, farão jus ao reajuste de 7% (sete por cento) pactuado acima, sobre o valor das verbas rescisórias correspondentes.

**Parágrafo Quarto** - Com a adoção dos critérios de reajuste acima estabelecidos, ficam automaticamente atendidas as regras e dispositivos da política salarial vigente, relativamente ao período de 01.05.2011 à 30.04.2012.

## **CLÁUSULA SEXTA - COMPENSAÇÃO**

Todos os reajustes/antecipações concedidos pelas empresas integrantes da categoria econômica, durante o período de 01.05.2011 a 30.04.2012 observados os critérios da presente CCT, poderão ser compensados no reajuste pactuado na Cláusula Quinta.

### **Pagamento de Salário Formas e Prazos**

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DISCRIMINATIVO DE PAGAMENTO**

A empresa fornecerá ao seu empregado discriminativo das parcelas salariais pagas e das respectivas deduções devidamente discriminadas, inclusive de adiantamentos salariais ou descontos diversos, assim como da contribuição para o FGTS.

## **Remuneração DSR**

### **CLÁUSULA OITAVA - DESCANSO SEMANAL REMUNERADO DO EMPREGADO COMISSIONISTA**

Fica estabelecida a obrigatoriedade do pagamento do descanso semanal e feriados aos comissionistas, também sobre o valor das comissões auferidas no mês correspondente.

## **Descontos Salariais**

### **CLÁUSULA NONA - CHEQUES SEM FUNDOS**

A empresa não descontará da remuneração de seus empregados, a importância correspondente a cheques sem fundo por estes recebidos quando na função de caixa ou serviços de cobrança, desde que cumpridas as normas da empresa, as quais deverão ser formuladas por escrito e constando das mesmas a obrigatoriedade da existência da pessoa responsável para vistoriar os cheques no ato do seu recebimento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - CONFERÊNCIA DO CAIXA**

A conferência dos valores de caixa será realizado na presença do representante dos operadores de caixa, livremente escolhido por estes. Quando o representante dos empregados não participar ou estiver impedido de acompanhar pela Empresa a conferência, os operadores de caixa não poderão ser responsabilizados por qualquer erro verificado ou diferenças encontradas.

## **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

### **13º Salário**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - 13º SALÁRIO, FÉRIAS E VERBAS RESCISÓRIAS DO EMPREGADO COMISSIONISTA**

As verbas acima, do empregado comissionista, será calculada, tomando-se por base a média das comissões percebidas nos últimos 12 (doze) meses, acrescido do salário fixo se houver, ou ainda, pela média do número de meses trabalhados quando inferior a doze.

### **Gratificação de Função**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - QUEBRA DE CAIXA**

Fica estabelecida a obrigatoriedade, por parte das empresas abrangidas por esta Convenção de remunerarem os empregados, que exerçam exclusivamente a função de caixa e cobrador externo, com o prêmio mensal fixo de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) a partir de 01.05.2012 a título de quebra de caixa, ficando o empregado responsável pelas diferenças que ocorrerem mensalmente, até o valor do prêmio, podendo o excedente ser descontado nos meses subseqüentes.

### **Adicional de Hora-Extra**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - HORAS EXTRAORDINÁRIAS**

A jornada extraordinária de trabalho, será remunerada com o adicional de 65% (sessenta e cinco por cento) sobre o valor da hora normal..

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - HORA EXTRA DOS COMMISSIONISTAS**

O comissionista, vendedor ou cobrador, será remunerado pelas horas extras realizadas e estas serão calculadas tomando-se por base o valor total das comissões auferidas durante o mês, mais o salário fixo, se houver, dividindo-se por 220 horas, acrescido do adicional de 65% (sessenta e cinco por cento), previsto na Cláusula 13ª desta CCT, multiplicando-se pelo número de horas extras realizadas no mês.

**Parágrafo Único** - No caso do empregado comissionista cumprir jornada mensal inferior a 220 horas, deverá ser utilizada como divisor, a jornada efetiva mensal.

### **Auxílio Alimentação**

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORNECIMENTO GRATUITO DE LANCHES**

As empresas pagarão para cada empregado, que se encontrar em regime de horas extras especiais (sábado mais e balanço), após a segunda hora, à título de refeição, o valor de R\$. 11,00 (onze reais) ou, facultativamente, poderão fornecer um ticket-alimentação ou convênio com restaurante para fornecimento da referida refeição, concedendo intervalo mínimo de uma hora para refeição.

### **Auxílio Transporte**

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VALE TRANSPORTE**

Fica estabelecido o fornecimento do vale transporte aos empregados abrangidos pela presente Convenção, desde que requisitado na forma estabelecida na Lei nº 7.418/85, inclusive, para o intervalo de almoço, desde que comprovado o deslocamento do empregado, para a realização da refeição em sua residência. Quando necessário, outrossim, utilizar mais de duas conduções para o trajeto trabalho/casa e vice-versa, o Vale Transporte deverá ser fornecido de conformidade com a quantidade necessária para tal, sendo devido, inclusive, obrigatório seu fornecimento em caso de trabalho aos domingos.

### **Outros Auxílios**

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DESPESAS DE TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM**

Quando os cobradores externos ou outros empregados tiverem que se deslocar para localidades fora da cidade, a serviço da empresa, esta arcará com as despesas de transporte, alimentação e hospedagem.

Parágrafo Único Ficam excluídas de obrigatoriedade as empresas que pagam diárias, a título de transporte, alimentação e hospedagem.

## **Contrato de Trabalho Admissão, Demissão, Modalidades**

### **Desligamento/Demissão**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - RESCISÃO DO CONTRATO POR JUSTA CAUSA**

O empregado demitido sob alegação de falta grave, deverá ser avisado no ato, por escrito e contra recibo, constando no documento a infringência do dispositivo no qual incidiu e, havendo recusa do empregado, a referida notificação deverá ser firmada por 2 (duas) testemunhas que, efetivamente, presenciaram o fato ou as circunstâncias ensejadoras da rescisão contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA INDENIZAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 9º DAS LEIS 6.708/89 E LEI 7.238/84**

As partes convenientes, visando, ainda, regulamentar a aplicabilidade dos dispositivos acima mencionados, estabelecem que, no caso de dispensa de empregado com aviso prévio indenizado ou trabalhado e que ultrapasse o início da data base da categoria, exime a empresa do pagamento da indenização referida nos dispositivos focados, obrigando-se, todavia, a mesma a proceder o pagamento das diferenças das verbas rescisórias mediante a aplicação do reajuste/aumento ora conveniado

### **Suspensão do Contrato de Trabalho**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA**

O contrato de experiência, ficará suspenso durante o período de benefício previdenciário ou atestado médico, completando-se o tempo nele previsto, após a cessação do benefício referido.

## **Relações de Trabalho Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

## **Normas Disciplinares**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ASSENTO NO LOCAL DE TRABALHO**

A empresa manterá assentos para seus empregados em local onde, os mesmos possam ser utilizados durante as pausas que os serviços permitirem.

## **Estabilidade Aposentadoria**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - GARANTIA AO EMPREGADO EM FASE DE ALISTAMENTO MILITAR**

Será garantido o emprego, ao empregado em idade de prestação ao serviço militar, desde a incorporação até 30 (trinta) dias após a dispensa ou desincorporação da unidade.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - GARANTIA DE EMPREGO AO EMPREGADO EM VIAS DE SE APOSENTAR**

Fica garantido o emprego ao empregado, em vias de se aposentar, nos últimos 18 (dezoito) meses que antecedem o direito a aposentadoria por tempo de serviço integral ou por velhice, de conformidade com o determinado pela Lei da Previdência Social, desde que exercido na época oportuna tal direito, sob pena de ser considerada extinta a garantia ora estabelecida e, desde que esteja trabalhando na mesma empresa por 5 (cinco) anos ininterruptos.

**Parágrafo Único** O tempo de serviço para os efeitos de obtenção da mencionada garantia de emprego, deverá ser comprovado pelo empregado, com documento fornecido pelo órgão Previdenciário, ou seja, pelo INSS e desde que requerido dentro do mesmo prazo acima estabelecido.

Estabilidade Aborto

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - MANUTENÇÃO DO EMPREGO-ABORTO**



Em caso de aborto, comprovado por atestado médico, a mulher terá um repouso remunerado de 2 (duas) semanas, ficando-lhe assegurado o emprego pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar do seu retorno ao trabalho, que deverá ocorrer no décimo quinto (15º) dia, com exceção daquelas que estiverem doentes e comprovarem com atestado médico

## **Jornada de Trabalho Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

### **Duração e Horário**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - JORNADA DE TRABALHO - VIGIAS**

Com base no artigo 7º, inciso XIII, Capítulo 2 da CF, fica facultado às Empresas e respectivos empregados que exercerem, exclusivamente, a função de vigia, estabelecerem jornada de trabalho, mediante Acordo, de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO TRABALHO NOS DOMINGOS NOS SHOPPING CENTERS**

O trabalho nos domingos, estabelecida a jornada máxima de 6 (seis) horas e sempre alternados (domingo sim, domingo não), assegurará ao empregado escalado o direito a um dia de folga na mesma semana, mais o pagamento da importância de R\$ 41,00 (quarenta e um reais) por domingo laborado, ou, no caso de não ser dada a folga compensatória na semana, as horas laboradas serão remuneradas com o adicional de 100% (cem por cento), sem prejuízo do pagamento da importância supra discriminada.

**Parágrafo Único** - A não observância ao estabelecido na presente Cláusula, acarretará às partes infratoras a multa de 01 (um) Salário Normativo em vigor, por infração e por empregado, a ser paga na Sede da Entidade Laboral, revertendo o valor correspondente para o empregado prejudicado, presumindo-se fraudulento e inexistente eventual pagamento realizado diretamente ao empregado sem a assistência sindical.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO TRABALHO EM FERIADOS NOS SHOPPING CENTERS**

Fica facultada a abertura das lojas comerciais dos Shoppings nos dias feriados, com

exceção dos dias 01.05.2012 ( DIA DO TRABALHO ), 25.12.2012 ( NATAL ), 01.01.2013 ( CONFRATERNIZAÇÃO UNIVERSAL ) e, no DOMINGO DE PÁSCOA dia 31.03.2013.

**Parágrafo Primeiro** A jornada nos dias feriados será obrigatoriamente das 14:00 às 20:00 horas.

**Parágrafo Segundo** Ocorrendo o trabalho nos demais dias feriados, estes não poderão ser objeto de compensação, assegurado o direito à percepção integral das horas trabalhadas acrescidas do adicional de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal..

**Parágrafo Terceiro** - A não observância ao estabelecido na presente Cláusula, acarretará às partes infratoras a multa de 01 (um) Salário Normativo em vigor, por infração e por empregado, a ser paga na Sede da Entidade Laboral, revertendo o valor correspondente para o empregado prejudicado, presumindo-se fraudulento e inexistente eventual pagamento realizado diretamente ao empregado sem a assistência sindical.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DA JORNADA NOTURNA**

O trabalho prestado em horário noturno, compreendido entre às 22:00 horas e 5:00 horas, bem como sua prorrogação, caso a mesma venha a ocorrer, será remunerado com o adicional de 30% (trinta por cento).

#### **Prorrogação/Redução de Jornada**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - HORÁRIO NATALINO PARA O COMÉRCIO DE RUA**

É facultado às empresas do comércio varejista de Joinville a prorrogarem o horário de trabalho de seus empregados no mês de dezembro/2012, com exclusão dos menores e obedecidos as normas dos artigos 59, 66 e 71, da CLT, no período compreendido de 01 de dezembro de 2012 a 02 de janeiro de 2013 conforme segue:

Dia 07.12.2012 - sexta-feira  
Até às 20h00min

Dia 08.12.2012 - sábado  
Até às 18h00min

Dia 09.12.2012 - domingo  
Das 15h00min às 21h00min

Dia 10 à 14.12.2012 - segunda à sexta-feira  
Até às 21h00min

Dia 15.12.2012 - sábado  
Até as 20h00min

Dia 16.12.2012 - domingo  
Das 15h00min às 21h00min

Dia 17 à 21.12.2012 - segunda à sexta-feira  
Das 09h00min às 22h00min

Dia 22.12.2012 - sábado  
Das 09h00min às 21h00min

Dia 23.12.2012 - domingo  
Das 15h00min às 21h00min

Dia 24.12.2012 - segunda-feira  
Das 09h00min às 16h00min

Dia 25.12.2012 - terça-feira  
FECHADO

Dia 26 à 29.12.2012 - quarta à sábado  
HORÁRIO NORMAL

Dia 30.12.2012 - domingo  
FECHADO

Dia 31.12.2012 segunda-feira  
FECHADO

Dia 01.01.2013 terça-feira  
FECHADO

Dia 02.01.2013 quarta-feira  
HORÁRIO NORMAL

**Parágrafo Primeiro** - As horas extras realizadas nos períodos mencionados no caput desta serão remuneradas com o acréscimo de 65% (sessenta e cinco por cento) sobre o

valor da hora normal e de 100% (cem por cento) relativas às horas laboradas nos domingos, as quais deverão ser devidamente registradas em livro ou cartão ponto para efetivo controle, não podendo ser compensadas em hipótese nenhuma.

**Parágrafo Segundo** As empresas pagarão para cada empregado, que se encontrar em regime de horas extras especiais, à título de refeição, o valor de R\$. 11,00 (onze reais), ou, facultativamente, poderão fornecer um ticket-alimentação ou convênio com restaurante, para fornecimento de referida refeição, concedendo intervalo intrajornada mínimo de 01 (uma) hora.

**Parágrafo Terceiro** Aos empregados que trabalharem em dia de Domingo será fornecido o respectivo Vale Transporte.

**Parágrafo Quarto** - No dia 31 de dezembro de 2012 será concedida folga a todos os empregados, sem prejuízo salarial, permanecendo o comércio de RUA FECHADO, compreendendo todas as lojas integrantes da categoria, sem exigência de compensação de horas. O empregado que nesta data (31.12.2012) se encontrar em gozo de férias, abrangendo o referido dia, fará jus ao acréscimo de mais um dia nas mesmas férias.

**Parágrafo Quinto** O horário durante o Carnaval de 2013 do comércio de rua, será o seguinte:

Dia 09.02.2013 sábado

Até às 13h00min

Dias 10 e 11.02.2013 domingo e segunda-feira

FECHADO

Dia 12.02.2013 terça-feira

Normal

Dia 13.02.2013 quarta-feira

Normal

**Parágrafo Sexto** COMPENSAÇÃO HORÁRIO CARNAVAL A recuperação das horas não laboradas no dia 11 de fevereiro de 2013, ajustadas num total de 08 (oito) horas, para quem pratica esta jornada ou mais, caso a jornada seja superior, somente poderão ser recuperadas a partir do dia 1º de março de 2013, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias pena de não ser mais permitida aludida recuperação.

**Parágrafo Sétimo** A não observância ao estabelecido na presente Cláusula, acarretará às partes infratoras a multa de 01 (um) Salário Normativo em vigor, por infração e por empregado, a ser paga na Sede do Sindicato Laboral, revertendo o valor correspondente para o empregado prejudicado, presumindo-se fraudulento e inexistente eventual pagamento realizado diretamente ao empregado sem a assistência sindical.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DO HORÁRIO NATALINO PARA OS SHOPPING CENTERS**

Fica estabelecida jornada especial de trabalho no período de 02 dezembro de 2012 a 02 de janeiro de 2013, para os empregados das lojas comerciais estabelecidas nos SHOPPING CENTERS de Joinville, uma vez obedecida a jornada e intervalos estabelecidos nos artigos 59, 66 e 71 , da CLT, a saber:

Dia 01.12.2012 - sábado  
Das 10h00min às 22h00min

Dia 02.12.2012 domingo  
Das 14h00min às 20h00min

Dia 03 a 08.12.2012 segunda a sábado  
Das 10h00min às 22h00min

Dia 09.12.2012 domingo  
Das 14h00min às 22h00min

Dia 10 a 15 12.2012 segunda a sábado  
Das 10h00min às 22h00min

Dia 16.12.2012 domingo  
Das 14h00min às 22h00min

Dias 17 a 22.12.2012 segunda a sábado  
Das 10h00min às 23h00min

Dia 23.12.2012 domingo  
Das 10h00min às 22h00min

Dia 24.12.2012 segunda-feira  
Das 10h00min às 17h00min

Dia 25.12.2012 terça-feira (Natal)  
LOJAS COMERCIAIS FECHADAS

Dia 26 a 29.12.2012 quarta-feira a sábado  
Das 10h00min às 22h00min

Dia 30.12.2012 domingo  
Das 14h00min às 20h00min

Dia 31.12.2012 segunda-feira  
LOJAS COMERCIAIS FECHADAS

Dia 01.01.2013 terça-feira  
LOJAS COMERCIAIS FECHADAS

Dia 02.01.2013 quarta-feira  
Das 10h00min às 22h00min

**Parágrafo Primeiro** - O trabalho prestado aos domingos no mês de dezembro/2012, não poderá ser objeto de compensação, ficando assegurado ao empregado o direito à percepção do período integral como hora extra, acrescido do adicional de 100% (cem por cento).

**Parágrafo Segundo** - A jornada excedente à normal no mês de dezembro/2012, não poderá ser objeto de compensação, ficando assegurado ao empregado o direito à percepção como extras destas horas, acrescidas do adicional convencional de 65% (sessenta e cinco por cento) sobre o valor da hora normal. A hora extra noturna prevista no período de 17 a 22 de dezembro de 2012 (das 22h00min às 23h00min), deverá ser acrescida do adicional de 30% (trinta por cento), nos termos da cláusula 28ª desta CCT.

**Parágrafo Terceiro** No dia 31 de dezembro de 2012 será concedida folga a todos os empregados, sem prejuízo salarial, permanecendo o comércio varejista de Shoppings (compreendendo todas as lojas comerciais integrantes da categoria) FECHADO, compreendendo todas as lojas integrantes da categoria, sem exigência de compensação de horas. O empregado que nesta data (31.12.2012) se encontrar em gozo de férias, abrangendo o referido dia, fará jus ao acréscimo de mais um dia nas mesmas férias.

**Parágrafo Quarto** O horário para os Shoppings durante o Carnaval de 2013 será o seguinte:

Dia 09.02.2013 sábado Das 10h00min às 22h00min

Dia 10.02.2013 domingo Das 14h00min às 20h00min

Dia 11.02.2013 segunda-feira FECHADO

Dia 12 e 13.02.2013 terça e quarta-feira Das 10h00min às 22h00min

**Parágrafo Quinto COMPENSAÇÃO HORÁRIO CARNAVAL** A recuperação das horas não laboradas no dia 11 de fevereiro de 2013, ajustadas num total de 06 (seis) horas, para quem pratica esta jornada ou mais, caso a jornada seja superior, somente poderão

ser recuperadas a partir do dia 1º de março de 2013, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias pena de não ser mais permitida aludida recuperação.

Parágrafo Sexto - A não observância ao estabelecido na presente Cláusula, sujeitarão às partes infratoras a multa de 01 (um) Salário Normativo em vigor, por infração e por empregado, a ser paga na Sede da Entidade Laboral, revertendo o valor correspondente para o empregado prejudicado, presumindo-se fraudulento e inexistente eventual pagamento realizado diretamente ao empregado sem a assistência sindical.

### **Compensação de Jornada**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - COMPENSAÇÃO DO HORÁRIO DE TRABALHO-SÁBADOS**

Fica estabelecido que as empresas, visando o não trabalho aos sábados, poderão compensar as horas daquele dia acrescentando na jornada diária dos demais dias da semana, além das 8 (oito) horas normais, sem que este acréscimo seja considerado como jornada extraordinária, observando-se que, se o sábado compensado na semana for feriado, estas horas compensadas deverão ser pagas como extras com o adicional de 100% (cem por cento).

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO DO HORÁRIO DE TRABALHO-BANCO DE HORAS**

Durante a vigência da presente convenção coletiva de trabalho, todas as empresas abrangidas pela presente, poderão instituir, através de Acordo Coletivo de Trabalho firmado diretamente com o Sindicato Laboral, a compensação da jornada de trabalho via Banco de Horas.

**Parágrafo único** O Sindicato Profissional se compromete a receber os pedidos de instituição do Acordo de Banco de Horas e, em consequência, realizar as Assembléias com os empregados das empresas interessadas, se necessário, e desde que a Empresa esteja quite com a Tesouraria e contribuições devidas ao Sindicato Laboral e Patronal.

Intervalos para Descanso

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - INTERVALO PARA LANCHES

Os intervalos de 15 (quinze) minutos para lanche serão computados como tempo de serviço na jornada diária do empregado, desde que a jornada normal de trabalho, adotada pela Empresa, tenha períodos superiores a 04 (quatro) horas.

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DA AMAMENTAÇÃO

Os intervalos para amamentação previstos no artigo 396 da CLT, no período de 6 (seis) meses, poderão ser estabelecidos no intervalo da jornada, a critério da empregada-mãe.

### Controle da Jornada

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CONTROLE DE HORÁRIO DE TRABALHO

É obrigatória a anotação da hora de entrada e saída, em registro mecânico ou não, para os estabelecimentos com 05 (cinco) ou mais empregados, para o efetivo controle da jornada de trabalho.

**Parágrafo primeiro** O espaço de tempo registrado em cartão de ponto igual ou inferior a 10 (dez) minutos, imediatamente anteriores ou posteriores ao início e ao término da jornada normal de trabalho, não será considerado como efetivamente trabalhado, para qualquer fim.

**Parágrafo segundo** Os empregadores poderão adotar sistemas alternativos eletrônicos de controle da jornada de trabalho, na forma prescrita na Portaria n. 373 de 25 de fevereiro de 2011 do MTE.

### Faltas

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ABONO DE FALTA À MÃE COMERCIÁRIA

A mãe comerciária terá abono de falta no caso de necessidade de consulta médica a filho de até 14 (catorze) anos de idade ou invalidez permanente, mediante a comprovação



por declaração médica, até o limite máximo de 07 (sete) dias, consecutivos ou não, por semestre.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - FALTAS JUSTIFICADAS**

Serão consideradas faltas justificadas ao serviço, desde que devidamente comprovadas, sem prejuízo remuneratório, as ausências do empregado, nas seguintes condições:

- a) por 1 (um) dia, no caso de internação hospitalar da esposa(o) ou filho(a);
- b) por 2 dois dias seguidos, no caso de falecimento do(a) sogro(a);
- c) por 3 (três) dias consecutivos no caso de falecimento do cônjuge, pai, mãe ou filho (s).

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS**

Os atestados fornecidos por médicos e dentistas do Sindicato Profissional, serão aceitos pelas empresas, desde que a entidade mantenha convênio com a Previdência Social.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ABONO DE FALTA AO EMPREGADO ESTUDANTE E VESTIBULANDO**

Serão abonadas as faltas do empregado estudante, nos horários de exames regulares ou vestibulares coincidentes com a jornada de trabalho desde que realizados em estabelecimentos de ensino oficial ou autorizado legalmente e mediante comunicação prévia ao empregador, com antecedência mínima de 72:00 horas (setenta e duas) horas e comprovação oportuna.

### **Férias e Licenças**

#### **Duração e Concessão de Férias**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - INÍCIO E PAGAMENTO DO PERÍODO DE GOZO DAS FÉRIAS**

O aviso de férias deverá ser comunicado ao empregado com 30 (trinta) dias de antecedência e seu início não poderá coincidir com domingos, feriados ou dias compensados. O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, do abono pecuniário, serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do gozo do período das férias.

## **Saúde e Segurança do Trabalhador**

### **Equipamentos de Proteção Individual**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - FORNECIMENTO GRATUITO DE UNIFORME E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO**

A empresa que exigir o uso de vestimenta uniforme e calçados especiais, deverá fornecê-lo sem ônus para o empregado, até o limite de duas peças a cada 6 (seis) meses. No caso de empregado que execute seu serviço utilizando veículo motor, esta se obriga a fornecer os equipamentos de proteção necessários ao desempenho de suas funções.

**Parágrafo Único** - A vestimenta uniforme, calçados especiais e equipamentos de proteção, deverá ser regulamentada pela empresa, quanto ao uso, restrições e conservação.

### **Exames Médicos**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - ATESTADO MÉDICO DEMISSIONAL**

A empresa enquadrada em grau de risco 1 e 2, estará desobrigada da exigibilidade do exame demissional, a partir da vigência desta CCT, pelo prazo de 270 (duzentos e setenta) dias, conforme previsto na legislação específica

### **Relações Sindicais**

## **Liberação de Empregados para Atividades Sindicais**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS**

Os dirigentes sindicais, da entidade profissional, serão liberados pelas empresas, para comparecimento em Assembléias, Congressos e Reuniões sindicais, até o máximo de vinte (20) dias por ano, em períodos nunca superiores a 5 (cinco) dias consecutivos, sem prejuízo de suas remunerações.

## **Contribuições Sindicais**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - MENSALIDADE SINDICAL**

empregadores descontarão do salário dos empregados sindicalizados as mensalidades sociais devidas por estes ao Sindicato, conforme determina o artigo 545 da CLT, porquanto tal autorização já consta da ficha de proposta de sócio. A relação respectiva a ser descontada será apresentada, mensalmente, pelo Sindicato Profissional até o dia 20 (vinte) do mês, devendo a Empresa repassar os valores descontados dos empregados até o 10ª (décimo) dia do mês subsequente ao Sindicato Profissional.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PROFISSIONAL**

Em cumprimento ao que foi estabelecido na Assembleia Geral Extraordinária dos trabalhadores no Comércio realizada em 19 de março de 2012, as empresas descontarão de seus empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, a importância equivalente a 4% (quatro por cento) da remuneração dos mesmos no mês de julho de 2012 e 4% (quatro por cento) no mês de dezembro de 2012, a título de CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PROFISSIONAL, recolhendo as respectivas importâncias em guias próprias fornecidas pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Joinville e Região, em favor do mesmo, até o dia 10 de agosto de 2012 e 10 de janeiro de 2013 respectivamente, limitado os descontos à R\$ 120,00 (cento e vinte reais) por empregado.

**Parágrafo Primeiro** O empregado poderá opor-se ao desconto da contribuição negocial, devendo para isto apresentar no Sindicato dos Empregados no Comércio de Joinville e Região, carta escrita de próprio punho, e entregue pessoalmente no prazo 10 (dez) dias contados da divulgação da presente convenção, na forma prescrita na Ordem de Serviço nº 01 de 24 de março de 2009, emitida pelo Gabinete do Ministro do Trabalho

e Emprego.

**Parágrafo Segundo** - As empresas enviarão ao Sindicato Profissional, até o dia 30 ao mês subsequente ao do desconto, a relação dos empregados contribuintes. Eventual descumprimento deste parágrafo acarretará à empresa infratora a obrigação pelo pagamento em favor da entidade sindical profissional da penalidade prevista na cláusula 48ª do presente instrumento coletivo.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL - NEGOCIAL**

Conforme preceito legal estabelecido no Artigo 8º, inciso IV, da Constituição Federal, Artigo 513, letra "e" da CLT e Assembleia Geral realizada no dia 11 de abril de 2012, todas as empresas integrantes da categoria econômica abrangidas pela presente Convenção Coletiva, independente do regime tributário, porte da empresa ou número de empregados, recolherão ao Sindicato Patronal o valor equivalente a 6% (seis por cento) do total da folha de pagamento do mês de maio/2012, limitado ao valor mínimo R\$ 200,00 (duzentos reais) e máximo de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), por estabelecimento, a título de CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL em virtude das negociações coletivas de trabalho.

**Parágrafo Primeiro** - O valor mínimo de contribuição, excepcionalmente para as empresas participantes do Simples Nacional, será de R\$. 152,00 (cento e cinquenta e dois reais).

**Parágrafo Segundo** A contribuição deverá ser recolhida até o dia 10/09/2012, sendo que o recolhimento com atraso será atualizado monetariamente pelo IGPM/FGV, juros de 1% (um por cento) ao mês, além da multa de 10% (dez por cento), calculadas sobre o valor atualizado.

**Parágrafo Terceiro** O recolhimento deverá ser procedido através de boleto bancário fornecido pela entidade, na rede bancária.

**Parágrafo Quarto** As empresas que não possuem empregados no mês de MAIO/2012 deverão recolher o valor mínimo de R\$ 200,00 (duzentos reais), respeitando-se o Parágrafo Primeiro acima.

**Parágrafo Quinto** A contribuição é devida por todas as empresas pertencentes à categoria, independente do respectivo enquadramento tributário ou fiscal.

**Parágrafo Sexto** As empresas abrangidas pelas negociações coletivas, mediante delegação ou assinatura dos instrumentos coletivos de forma conjunta pela respectiva entidade representante ou que aderirem através da formalização de outros instrumentos coletivos, também recolherão a contribuição assistencial ao Sindicato do Comércio Varejista de Joinville e Região.

Parágrafo Sétimo Para as empresas associadas ao sindicato, com pagamento regular das mensalidades e em dia com as suas obrigações, é facultado descontar da contribuição, os valores recolhidos e a recolher a título de mensalidade referente ao ano de 2012, respectivamente e proporcionalmente, até o limite do valor da contribuição.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - RELAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL**

As empresas enviarão ao Sindicato Profissional a relação de desconto da Contribuição Sindical, referente ao mês de março de 2013, onde conste o nome do empregado, valor do salário e valor do desconto (um dia do seu salário no mês de março). Eventual descumprimento desta cláusula acarretará à empresa infratora ao pagamento da multa prevista na cláusula 48ª desta convenção.

### **Disposições Gerais**

#### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - PENALIDADES**

Fica estipulada a multa de 50% (cinquenta por cento) do salário normativo por infração e por empregado, em caso de descumprimento das obrigações relativas às cláusulas da presente Convenção Coletiva de Trabalho, excetuando-se as que já prevêm multa própria.

**Parágrafo Primeiro** - O pagamento da remuneração mensal do empregado, será efetuado pela empresa até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, pena de a partir daquela data, pagar juros legais de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor total da remuneração, além da multa equivalente a 10% (dez por cento) do Salário Normativo, diretamente ao empregado.

**Parágrafo Segundo** - A falta do registro do Contrato de Trabalho na CTPS é infração de descumprimento da obrigação de fazer e, incide a multa da presente cláusula em favor do empregado.

**Parágrafo Terceiro** Fica, desde já, reconhecida a legitimidade processual do Sindicato Profissional perante a Justiça do Trabalho para execução de Ação de Cumprimento, independentemente da autorização ou mandato dos empregados em relação a infração de quaisquer das Cláusulas estabelecidas no presente instrumento Coletivo.

## Outras Disposições

### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

A presente Convenção Coletiva de Trabalho, em 3 (três) vias, todas rubricadas e a última folha assinada pelas partes, estando a mesma protocolizada no MTE e registrada na Superintendência Regional do Trabalho em Joinville, Estado de Santa Catarina, conforme Instrução Normativa nº 06, de 06.08.2007, da Secretaria de Relações do Trabalho.

Joinville, SC, 12 de julho de 2012.

WALDEMAR SCHULZ JUNIOR

Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE JOINVILLE

OSNILDO DE SOUZA

Presidente

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE JOINVILLE E REGIAO

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br> .

Última atualização em Qui, 19 de Julho de 2012 11:42